

ATIVIDADES E AÇÕES DO COMITÊ REGIONAL DO PROGRAMA DE EQUIDADE DE RAÇA, GÊNERO E DIVERSIDADE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Atuação do Comitê – Ações em Destaque - Biênio 2023/2024

Durante o biênio 2023/2024, o Comitê Regional realizou diversas atividades que compreenderam desde palestras para o público interno e externo, em parceria com a Escola Judicial da 2ª Região (EJUD-2), bem como ações afirmativas, sempre contando com a ampla colaboração desta Instituição.

Igualmente deve ser registrada a ótima receptividade das proposições do Comitê pela Presidência do Regional, que demonstrou sensibilidade quanto à temática e apoiou e prestigiou diversas iniciativas adotadas.

Vale destacar que os eventos realizados em conjunto com a EJUD-2 contaram com tradução em Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) e demais recursos de acessibilidade, possibilitando a participação de todos(as) os(as) interessados(as).

As palestras, quase duas dezenas no total, atenderam a variadas datas comemorativas constantes do Calendário da Diversidade elaborado e divulgado pelo Comitê. Dentre elas destacam-se:

- **Seminário em homenagem ao Dia Nacional de Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra**: 18/11/2024, com as palestras da especialista em estudos de raça e gênero, professora Cida Bento, da conselheira da OAB/SP e pesquisadora em gênero e violências Claudia Patricia de Luna Silva, e da escritora e psicóloga social Júlia Rosemberg;
- **Dia Internacional das Pessoas Idosas**: 11/10/2024, com as palestras do secretário nacional dos direitos das pessoas idosas, Alexandre Silva, e do magistrado aposentado, dr. Alvaro Emanuel de Oliveira Simões;
- **Dia do(a) Nordestino(a)**: 08/10/2024, com as palestras do historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior; e da magistrada do TRT5, Dra. Alice Nogueira e Oliveira Brandão;
- **Painel: Dia Nacional de Visibilidade Lésbica**: 29/08/2024, com as palestrantes Fernanda Perregil, advogada e consultora de diversidade; e a historiadora e ativista Heliana Hemetério dos Santos;
- **Painel: Dia Internacional dos Povos Indígenas**: 12/08/2024, com as palestrantes Shirley Djukurnã Krenak, do povo Krenak e coordenadora do Instituto Shirley Djukurnã Krenak; e Sônia Ara Mirim, ativista do povo Guarani Mbya;
- **Painel: Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra**: 25/07/2024, com as palestrantes Juíza do Trabalho do TRT10 e auxiliar da Presidência do TST, Adriana Meireles Melonio e; a psicóloga e escritora Fabiane Gonçalves;
- **Semana de Orgulho LGBTQIAP+**: realizada entre 27/06/2024 e 28/06/2024 e que contou com as seguintes participações:
 - 27/06/2024: presencialmente com a palestrante Codeputada estadual Carolina Iara e o Deputado Estadual Guilherme Cortez; e

- [28/06/2024](#): em formato telepresencial, com as palestrantes Luanda Pires, advogada e consultora em diversidade; e a jornalista Sara Wagner York;

- **[Simpósio: Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância](#)**: [26/04/2024](#), com a participação do Vice-Presidente da União Nacional das Entidades Islâmicas UNI, Jihad Hassan Hammadeh; da escritora e presidente da Sociedade Espírita Maria Nunes SEMAN, da Sociedade Espírita Joanna de Angelis (SEJA) e do Instituto Assistencial Espírita André Luiz (HEAL), Juselma Maria Coelho; da teóloga e pastora luterana, Lusmaria Campos Garcia; e do Sacerdote afro-religioso, dirigente do Templo Espiritual Caboclo Pantera Negra e do Ilé Ifá Ajàgùnmalè Olóòtò Aiyé, Mário A. Silva Filho;

- **Ciclo de Palestras: Dia Internacional da Mulher**: [04, 05 e 06/03/24](#), com as palestras: "[A vida das mulheres quilombolas](#)", palestrante liderança comunitária no quilombo urbano e casa de candomblé Manzo Ngunzo Kaiango Makota Cassia Kidoialê; "[Feminismo trans e travesti](#)", palestrante Coordenadora de Programação e Exposição Cultural no Museu da Diversidade Sexual, em São Paulo Amara Moira; "[Subjetividades na exclusão social, gênero e sexualidade em situação de rua](#)", palestrante ativista Neon Cunha; e "[Perspectivas anticoloniais sobre gênero e sexualidade](#)", palestrante ativista indígena Guarani, psicóloga e escritora Geni Núñez;

- **Ciclo de Palestras: Consciência Negra**: [17 e 22/11/2023](#), com as palestras "[Entre a intolerância religiosa, o racismo e a erosão da democracia: perigos do fundamentalismo no Brasil](#)" com o palestrante Babalorisá Prof. Dr. Sidnei Barreto Nogueira e "[A angústia do precariado: trabalho e solidariedade no capitalismo racial](#)" com o Palestrante Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto;

- **[Ciclo de Palestras: Assédio e suas interseccionalidades: aprendendo a respeitar e proteger todas as pessoas](#)**: [15/09/2023](#), em parceria com a EJUD do TRT15, com a participação da CoDeputada Estadual Carolina Iara de Oliveira, da Deputada Federal Érika Hilton, do Ministro Aposentado do TST Dr. Carlos Alberto Reis de Paula e do Psicólogo clínico Daniel Amâncio;

- **Palestra: Questões contemporâneas sobre discriminação de gênero, afetividade e enfermidades na admissão, no cotidiano e nas rescisões contratuais**: [20/07/23](#), com a Juíza do Trabalho do TRT2, Luciana Bezerra de Oliveira;

- **[Ciclo de Palestras do Orgulho LGBTQIAPN+](#)**: [22 e 28/06/23 e 05/07/23](#), com as palestras: "A LGBTfobia sob o ponto de vista de uma vítima e integrante do sistema de justiça", palestrante: Promotora Claudia Ferreira Mac Dowell (MP-SP); palestra: "A fiscalização do trabalho e a realidade marginal da população LGBTQIA+", palestrante: Auditor-Fiscal do Trabalho Carlos Fernando Da Silva Filho; palestra: "A diversidade de identidade de gênero e orientação sexual dos integrantes do Poder Judiciário", palestrante: Juiz Mário Soares Caymmi Gomes (TJBA); palestra: "Direito do ser de ser", palestrante: Advogado Manaem Siqueira Duarte; palestra: "Como construir uma casa para girafas e elefantes?: O desafio da gestão da diversidade", palestrante: Profª. Dra. Jaqueline Gomes de Jesus (IFRJ); palestra: "O direito antidiscriminatório como teoria constitucional dos direitos LGBTI+", palestrante: Profª. Dra. Antonella Galindo (UFPE);

- **Ciclo de Palestras de Julgamento com perspectiva de Gênero:** 16 e 28/6/23 e 21 e 28/7/23, com as palestras: “Sexo, gênero, identidade de gênero, sexualidade”, Juiz Roberto Vieira de Almeida Rezende, “Desigualdades estruturais, questões centrais e divisão sexual do trabalho”, Juiz Roberto da Silva Fragale Filho (TRT-1), “Gênero e Direito – neutralidade e imparcialidade”, Juíza Daniela Lustoza Marques de Souza Chaves (TRT-21), “Aspectos raciais e povos originários”, Juíza Patrícia Almeida Ramos (TRT-2), “Aspectos religiosos e ligados às deficiências”, Juíza Eliane Aparecida da Silva Pedroso (TRT-2), “Análise de casos práticos”, Juíza Ana Paula Sefrin Saladini (TRT-9), “Instrução processual e ônus da prova”, Desembargadora Ivani Contini Bramante (TRT-2);

- **Painel: Diversidade Religiosa:** 17/05/23, com palestrantes: servidora Helena Pontes dos Santos, poetisa e arte-educadora Ornella Rodrigues, servidor Filipe Gioielli Mafalda e Juíza Ana Carolina Parisi Apollaro Zanin;

- **Curso: Prevenção e enfrentamento da discriminação e do assédio moral e sexual no ambiente de trabalho do serviço público:** 26/04, 03/05 e 10/05/23, com as palestras “Discriminação no ambiente de trabalho”, palestrante: Juíza Aposentada Mylene Pereira Ramos Seidl, “Assédio moral no ambiente de trabalho”, palestrante: Juíza Claudirene Andrade Ribeiro (TRT23), “Assédio sexual no ambiente de trabalho”, palestrante: Desembargador Paulo Eduardo Vieira de Oliveira;

- **O legado de Chica da Silva para as mulheres contemporâneas:** 03/04/23, com a jornalista Joyce Ribeiro.

Além das atividades pedagógicas comemorativas, foi realizado o letramento de diversidade LGBTQIAP+ focado em eventos, com uma hora de duração, com as equipes da Escola Judicial e da Divisão de Cerimonial. A capacitação abordou temas como formas de tratamento, linguagem inclusiva, termos adequados e acessibilidade. A iniciativa ocorreu em função da quantidade expressiva de palestrantes pessoas trans, travestis, não binárias e intersexo nos eventos realizados pelo TRT2. Atualmente, está em planejamento a institucionalização da iniciativa, o que, certamente, representará um grande avanço no tratamento também do público LGBTQIAP+.

Dentre as ações afirmativas realizadas no curso do biênio, vale apontar aquelas tomadas durante a comemoração do mês do Orgulho LGBTQIAP+. Foi requerida a iluminação do muro da fachada da entrada principal do Edifício Sede e do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa com as cores da bandeira progressista da comunidade LGBTQIAPN+, no mês de junho/2024. Foi também realizada a compra e distribuição de cordões temáticos do Orgulho LGBTQIAPN+ para fixação de crachá de identificação funcional, com as cores da bandeira progressista e com o logotipo do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região. Por fim, promoveu-se o lançamento e a distribuição da "[Cartilha de Direitos da Comunidade LGBTQIAPN+ - Entendendo a Diversidade e contribuindo para assegurar os direitos da comunidade LGBTQIAPN+](#)" elaborada pela Comissão LGBTQIAPN+ da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA).

Vale lembrar ainda que, em parceria com o Subcomitê de Acessibilidade e Inclusão, ocorreu a disponibilização de cordões de fita para crachás com desenhos de girassóis

como um facilitador para a identificação de pessoas com deficiências ocultas ou não visíveis, conforme legislação em âmbito nacional (Lei 14.624/2023) e estadual (Lei 17.897/2024).

De outro lado, o colegiado funciona como ponto focal para acompanhamento e cumprimento da Resolução CNJ nº 540/2023, que (alterou a Resolução CNJ nº 255/2018 e) dispõe sobre paridade de gênero, com perspectiva interseccional de raça e etnia, em atividades administrativas e jurisdicionais no âmbito do Poder Judiciário; bem como do Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial.

Nesse âmbito, há prestação habitual de informações ao Comitê Gestor Nacional do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade do CSJT, ao CSJT e ao CNJ, com o fornecimento de relatórios estatísticos e de acompanhamento mediante encaminhamento de respostas a questionários. Os levantamentos envolvem áreas como a Coordenadoria de Estatística, a Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, a Secretaria de Comunicação Social e a Escola Judicial.

Também foi realizado plano de ação para divulgação do Banco de Sentenças e Decisões com Aplicação do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, conforme determinação do CNJ. A iniciativa ocorreu com a colaboração da SECOM. Atualmente, o Comitê é a área responsável por esclarecer dúvidas e auxiliar no procedimento operacional às magistradas e magistrados do TRT2 quanto à alimentação do Banco de Sentenças e Decisões e todo conteúdo a ele relacionado foi disponibilizado no [Portal de Equidade e Diversidade do TRT-2](#).

O TRT-2 teve o projeto Consultoria em Diversidade Corporativa realizado pelo CEERT - Centro de Estudos das Relações e Desigualdades aprovado em edital de chamada pública para apresentação de projetos que visam desenvolver ações que afirmam o compromisso contínuo com a busca da promoção da equidade. O edital foi uma iniciativa do Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade no âmbito da Justiça do Trabalho e convidou os Tribunais Regionais do Trabalho a enviarem propostas que objetivam a busca pela equidade, por intermédio de medidas concretas, adotadas pelo Poder Judiciário brasileiro. A consultoria com a metodologia elaborada pela Professora Cida Bento, inédita no judiciário, ocorrerá até o segundo semestre de 2025 e focará na equidade material de diversidade e diminuição das desigualdades no TRT-2.

Em parceria com a Coordenadoria de Estatística do TRT2, foi realizada divulgação de campanha institucional para preenchimento de dados demográficos como gênero, identidade de gênero e raça/cor de magistrados(as) e servidores(as). Para orientar a autodeclaração de servidores(as) e magistrados(as), o conteúdo "[Como responder a minha raça/cor, sexo e identidade de gênero?](#)" foi elaborado e disponibilizado no Portal de Equidade e Diversidade e no módulo de declaração. A iniciativa cumpre determinação do CNJ e serve para alimentação de painéis estatísticos nacionais relacionados principalmente ao Diagnóstico Étnico-Racial no Poder Judiciário.

Em conjunto com a Secretaria de Governança e Gestão Estratégica e com a Coordenadoria de Estatística, foram elaborados 362 indicadores de diversidade como parte do Plano de Integridade Institucional. O modelo Indicadores de Diversidade e Equidade IDE, desenvolvido pelo Pacto entre os Três Poderes - Rede de Equidade, foi utilizado como base e adaptado para todos os eixos de diversidade (raça, gênero,

pessoa com deficiência, LGBTQIAP+ e pessoa com mais de 60 anos de idade). Foram acrescentados também outros indicadores relevantes de resoluções como CNJ nº 400 e a nº 401, do índice de avaliação iESGo do TCU, Prêmio CNJ de Qualidade, etc.

Em parceria com a Coordenadoria de Estatística, o Colegiado é responsável pela elaboração do [Relatório de Diversidade](#), que apresenta dados importantes, inclusive com recortes demográficos interseccionais, sobre o quadro efetivo do TRT2.

Está em andamento a realização de revisão metodológica das perguntas relacionadas a assédio e discriminação na Pesquisa de Clima Organizacional, com foco no refinamento e aprimoramento de pesquisas futuras e respectivas adequações à realidade ambiental no TRT2. A demanda surgiu a pedido de especialistas no tema que fazem parte do quadro do TRT2.

O colegiado também é responsável pela elaboração do Relatório de Atividades de Diversidade do TRT2, que alimenta o Relatório Integrado de Gestão. No último documento foi possível, pela primeira vez, disponibilizar dados demográficos sobre identidade de gênero, orientação sexual, origem regional, faixa etária, deficiência e raça/etnia de magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as), por cargos e instâncias, inclusive comparando com dados do último censo demográfico no Brasil (IBGE).

Para auxiliar no planejamento, acompanhamento e execução de ações do Colegiado, foi retomado o projeto de colaboradores(as) voluntários(as) com a realização de novo período de inscrições. Cerca de 40 pessoas se inscreveram e estão auxiliando no acompanhamento de indicadores de diversidade e na realização de ações de letramento, formação de multiplicadores(as), realização de projetos nos eixos de diversidade desde outubro de 2024.

O Colegiado e a SECOM elaboraram e divulgaram campanhas informativas e educacionais, a partir de diversos enfoques. Vale destacar a aprovação do Calendário da Diversidade em 2023, no qual se encontram arroladas datas representativas de exaltação e luta em prol dos direitos humanos e das comunidades vulneráveis. A SECOM promoveu a diversidade em ambientes de trabalho com a atenção à representatividade em imagens utilizadas pelos canais institucionais e a realização de campanhas em meios digitais, visando à conscientização e ao respeito pelas diferenças em ambientes de trabalho. No atual biênio, ao menos uma peça mensal foi veiculada nas redes sociais oficiais (Instagram, Facebook, Youtube e LinkedIn) e diversas peças foram publicadas no “Bom Dia TRT”. Destaca-se, por exemplo, o vídeo elaborado em função do Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial, a série “Pode ou não Pode” e as divulgações sobre Dia da Pessoa Nordestina no Instagram.

O Colegiado implantou ainda a inclusão de marcadores de diversidade nas notícias publicadas diariamente na Internet e na Intranet do TRT2, facilitando a disponibilização no banco de notícias temáticas no Portal da Equidade e Diversidade do TRT2. Cabe ressaltar que o colegiado mantém, de forma operacional, o referido Portal, com atualizações sobre o tema, capacitações e eventos internos e externos, guias, cartilhas, normas e demais informações úteis.

Em parceria com os Comitês de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Primeiro e no Segundo Grau, o colegiado tem realizado acolhimentos de primeiro nível, com responsabilidade de Instância Institucional, nos casos de assédio, discriminação e outros casos relacionados à diversidade, especialmente nos casos de situação de vulnerabilidade. Em última reunião foi determinada a elaboração de protocolo de acolhimento e acompanhamento para esses casos. Cabe ressaltar que o Colegiado também é responsável pela elaboração de pareceres relacionados à discriminação quando solicitado.